

Prova setorial - Economia

Questão 2

Ewerton F M Araujo

1 Impactos da Pandemia de Covid-19 sobre a economia brasileira

A pandemia de Covid-19, causada pelo novo Coronavírus, trouxe, além de diversas vidas perdidas, sérios prejuízos econômicos para a grande maioria dos brasileiros. Indivíduos perderam seus empregos, funcionários tiveram cortes de salário, micro e pequenos empresários foram à falência, e até grandes empresas passaram por dificuldades. Apesar do avanço da vacinação, a volta à normalidade ainda não tem data marcada e em várias cidades ainda há restrições à movimentação de pessoas.

Na ocasião da chegada do vírus ao Brasil o próprio receio da população em sair de casa reduziu a demanda por certos produtos menos essenciais, algumas medidas governamentais tomadas com o intuito de mitigar a propagação do vírus (como a proibição de funcionamento de alguns setores da economia, e redução de horários de funcionamento e a restrição à circulação de pessoas) ampliaram os efeitos negativos na economia por reduzirem ainda mais (dependendo do setor até zerando) a demanda e dificultando a manutenção da produção de bens e serviços.

Algumas empresas ainda tiveram dificuldades adicionais devido à grande desvalorização do real durante o ano de 2020, fruto em boa parte da política anti-cíclica do Banco Central.

Com o início do pagamento do auxílio emergencial, que complementou a renda de boa parte dos afetados pela pandemia, foi observada uma recuperação em termos de faturamento da empresa, principalmente aquelas que conseguiram se reinventar, seja através da prática de *home office*, entrega de produtos a domicílio ou mesmo através de uma gestão eficiente de seus ativos.

Este impacto, no entanto, não foi uniforme. Certos setores, como supermercados e empresas de *delivery* por exemplo, sofreram menos (ou até ampliaram seus lucros), pois puderam manter suas atividades durante a maior parte do período e não viram sua demanda cair. No outro extremo, empresas do setor turístico, eventos musicais e esportivos, e companhias de transporte aéreo estão entre as que mais sofreram, tanto pela grande queda no turismo mundial quanto pela proibição às aglomerações.

2 Impactos sobre o faturamento das empresas

A figura 1 mostra a evolução do faturamento médio, por região, das empresas do setores de serviços e da indústria desde Janeiro de 2019 até Fevereiro de 2021.

É possível enxergar, em ambos os setores, a queda inicial seguida pela recuperação causada

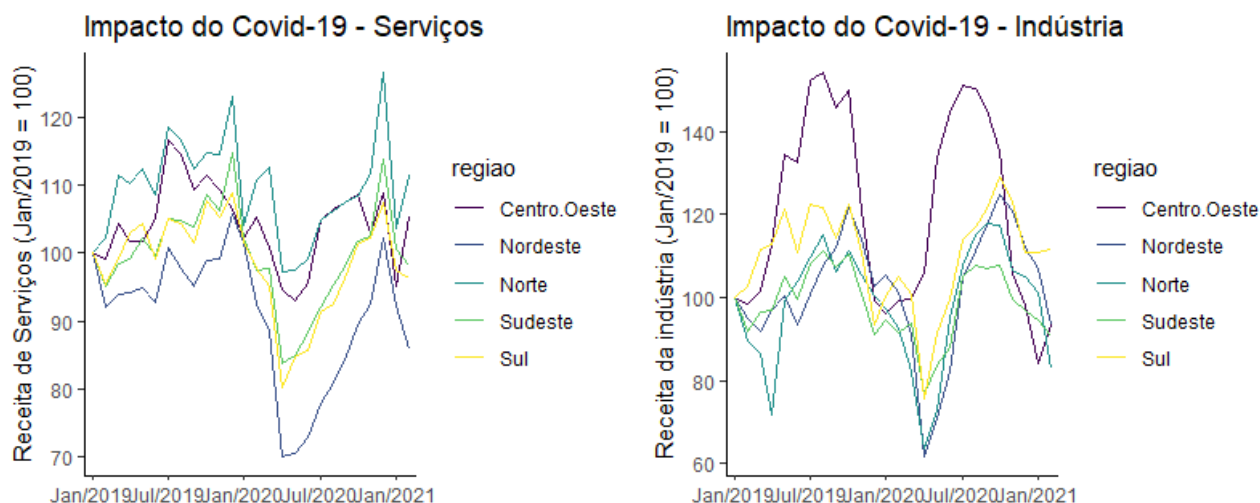


Figura 1 – Evolução média da Receita - Fontes: PMS e PIM

em grande parte pelo auxílio (também tendo colaborado a flexibilização das restrições durante o período "entre-ondas"), e na sequencia uma nova queda acentuada.

Há de se destacar ainda o desempenho do setor de serviços da região Nordeste, que além de ter sofrido a queda mais acentuada durante 2020, vem apresentando a pior queda entre todas as regiões durante a segunda onda.

A figura 2 mostra o desempenho dos principais setores do comércio varejista. A maioria dos setores se comporta seguindo a mesma tendência que discutimos no caso dos serviços e da indústria. Queda inicial, seguida por um período de recuperação e subsequente queda durante a segunda onda do vírus.

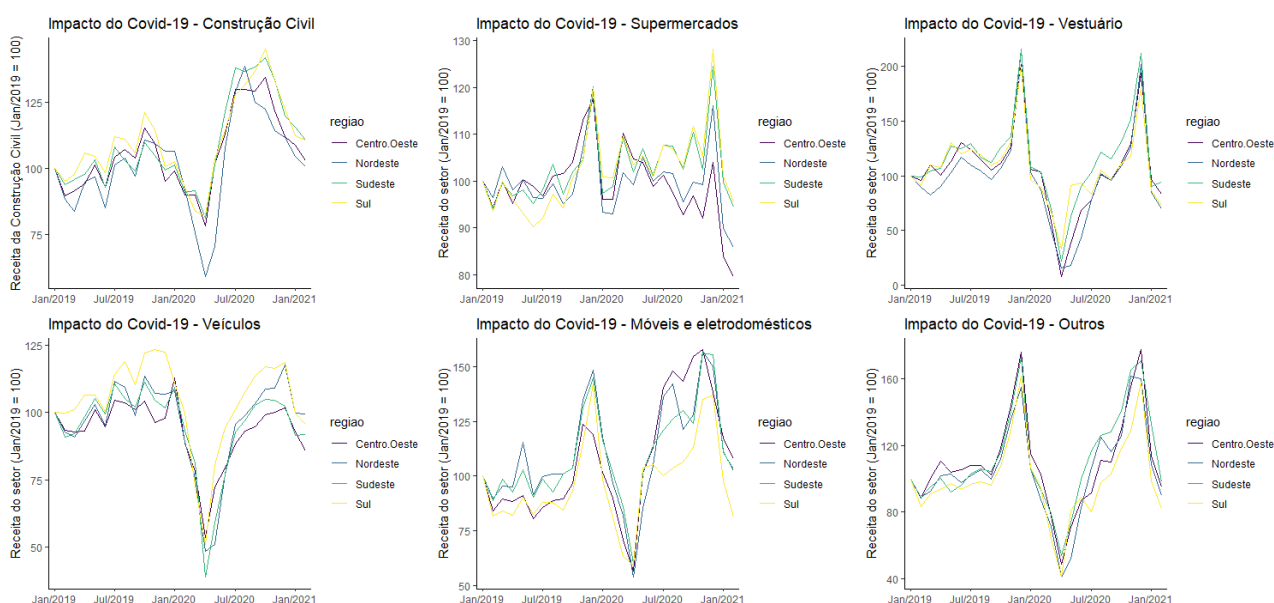


Figura 2 – Evolução da Receita - Setores do comércio varejista - Fonte: PMC

Entre as peculiaridades de cada um podemos destacar o comportamento oposto dos supermercados em relação aos demais setores, subindo no início da crise e voltando ao normal

em seguida. Mesmo estes, no entanto, tem sofrido com os impactos da segunda onda, como podemos ver pela redução de seu faturamento após Janeiro de 2021.

A construção civil também merece destaque, o setor obteve importantes ganhos, muito atribuídos aos auxílios emergenciais e à crescente demanda por melhorias nas habitações diante da nova realidade trazida pela pandemia, onde o tempo passado dentro de casa se elevou. Mesmo com a queda da segunda onda o setor se mantém ainda em um patamar maior do que antes da crise.

3 Impactos sobre os custos

Além do impacto sobre o faturamento, outra fonte de preocupação para o setor produtivo foi o aumento de preços observado em 2020. A figura 3 mostra o comportamento do Índice de Preços ao Produtor (IPA), que mede o efeito da inflação do ponto de vista do setor produtivo; e do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), geralmente utilizado como indexador de contratos de aluguel (O IPA é um dos índices que compõe o IGP-M).

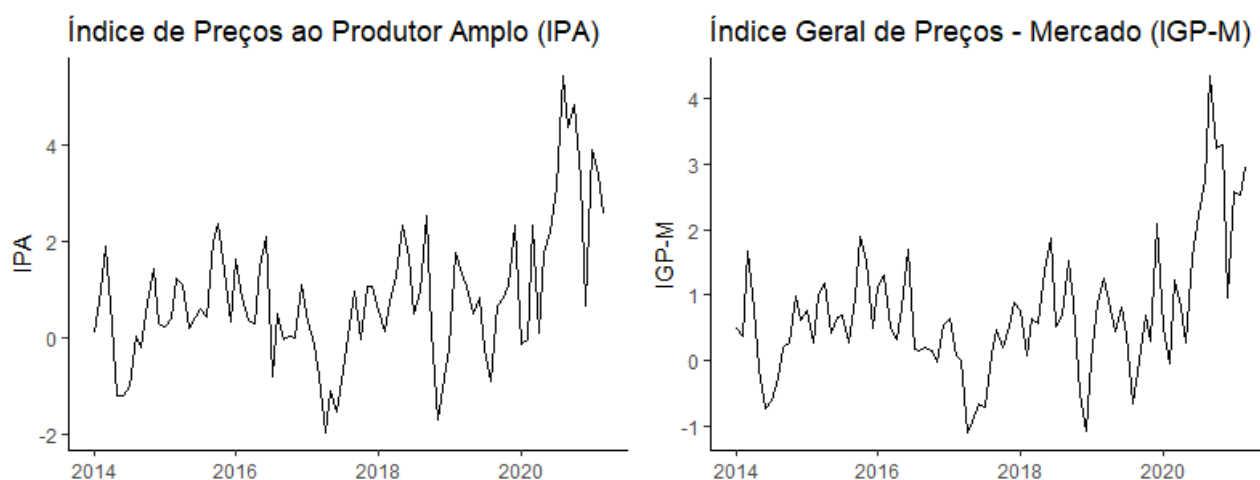


Figura 3 – Inflação ao produtor - (% ao mês) - Fonte: BACEN

Empresas de certos setores tradicionalmente apresentam dificuldade de repasse da inflação através dos preços devido à elasticidade da demanda por seus produtos (um aumento no preço proporcional ao aumento no preço dos insumos levaria a uma queda mais que proporcional na demanda, piorando a situação da empresa). Além disso, num cenário de crise econômica, o repasse da inflação se torna ainda mais difícil.

Em resumo, temos uma situação em que a receita das empresas foi afetada pelas restrições e pelo menor poder de compra de boa parte da população, e seus custos com insumos se elevaram.

Apesar de a maioria dos setores se encontrar em patamares de faturamento semelhantes aos níveis pré-pandemia, a tendência atual é de queda, além disso, grande parte da responsabilidade pela recuperação observada em 2020 é dos auxílios emergenciais oferecidos pelo governo.

A descrença quanto à capacidade do governo em manter as políticas assistencialistas, devido a sua situação fiscal, gera temor em relação ao futuro da economia brasileira, uma vez que, quando os auxílios foram suspensos, os "reais efeitos da crise" podem começar a ser sentidos.

4 Perspectivas futuras: dificuldades para a retomada

Com o avanço do processo de vacinação da população, espera-se que as restrições ao funcionamento das empresas acabem, no entanto, o impacto do desemprego e da destruição de riqueza observados nos últimos meses podem demorar um pouco mais para serem superados.

A dificuldade de se fazer negócios no Brasil, cuja posição no ranking *Doing Business* é de 124 entre 190 países avaliados, é um significativo empecilho à retomada. Muitas das empresas consideram arriscado realizar investimentos no Brasil devido a fatores como:

- Insegurança Jurídica
- Dificuldade no pagamento de Impostos
- Dificuldade para a obtenção de licenças de construção
- Dificuldade para se iniciar um negócio

Além desse já antigo problema, o Brasil hoje sofre com uma delicada situação fiscal, o que agrava o risco de investir no país.

5 Risco Brasil: Possibilidade de crise fiscal/monetária

A situação fiscal brasileira já vinha complicada desde 2014, quando o país voltou a apresentar deficits primários. 2020, no entanto, viu o deficit explodir e a relação Dívida/PIB chegar a mais de 90%. O gasto público foi ampliado para financiar as políticas de combate ao Coronavírus e também para políticas assistencialistas com o objetivo de mitigar o impacto da pandemia na renda da população.

A política monetária também foi utilizada pelo Banco Central com objetivo de estimular a economia. A taxa SELIC foi reduzida a seu menor nível na história, 2 % a.a., o que levou ao menor diferencial de juros já observado entre Brasil e EUA (o que contribui para a fuga de capital e conseqüentemente para a desvalorização do real).

Nesse contexto, podemos perceber que não há espaço nem para políticas fiscais expansionistas por parte do governo para acelerar a retomada da economia, nem mesmo para a manutenção do auxílio emergencial sem que a Lei do teto de gastos seja desrespeitada (o que geraria mais incerteza ao ambiente político econômico). É bem mais provável, na situação atual, que um aumento de impostos seja estabelecido para tentar controlar a situação fiscal.

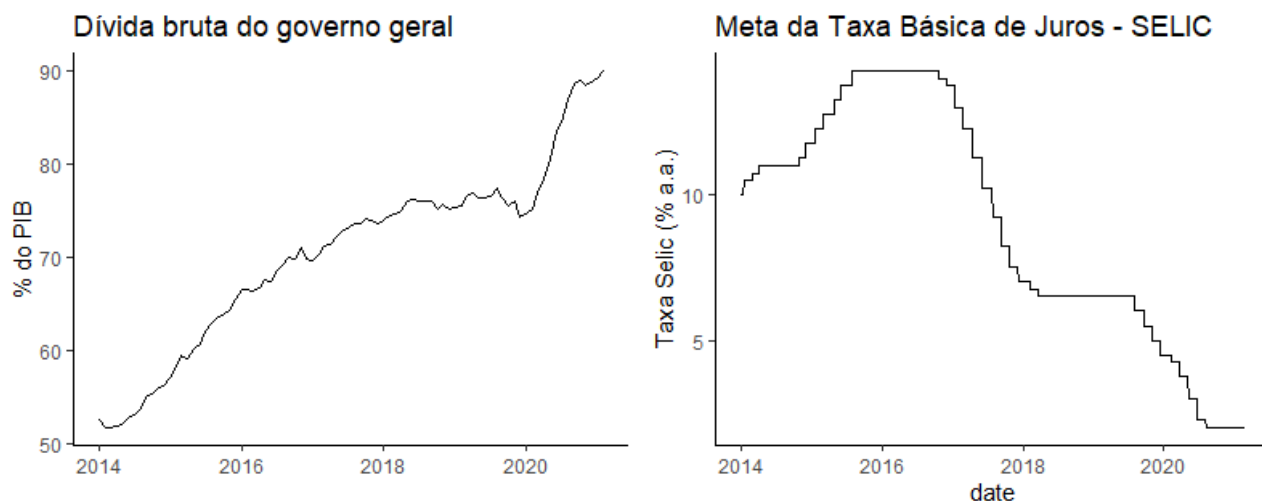


Figura 4 – Cenário Fiscal e Monetário brasileiro - Fonte: BACEN

No campo monetário, a evolução do nível de preços indica que, em breve, os esforços do BACEN devem se voltar para o controle da inflação. Um ciclo de crescimento da SELIC já teve início a partir da reunião do COPOM de 17/03/2021, quando a taxa básica de juros foi elevada a 2,75% (o consenso do mercado é que na próxima reunião o aumento seja de mais 0,75 pontos percentuais).

Tanto um aumento de impostos quanto juros mais elevados são fatores desincentivadores de investimentos e podem retardar a retomada econômica brasileira.

6 Conclusão

Com base no que foi discutido, as perspectivas de normalização da atividade econômica dependem do andamento da vacinação. Este efeito positivo deve ser acompanhado, no entanto, pelo impacto causado pelo fim do auxílio emergencial e das possíveis medidas tomadas pelas entidades governamentais (Estados Municípios e União) para equilibrar seus orçamentos, que podem ir desde cortes de benefícios a aumento de taxas, impostos e contribuições.

Medidas como essas podem desestimular o investimento e reduzir o consumo, graças a seus efeitos negativos na renda e até no sentimento da população.

Os entraves e as complicações burocráticas também podem desempenhar um papel negativo na atração de investimentos ao Brasil, porém, caso a já iniciada recuperação econômica dos EUA e da China prossiga, é possível que a maior demanda por *commodities* auxilie na retomada brasileira.

É importante destacar, porém, que as dificuldades político-econômicas do país não impedem que certas empresas obtenham um crescimento acelerado nos próximos anos. Fatores particulares da administração de cada companhia, assim como as peculiaridades do setor, fazem diferença nos resultados, mesmo que o ambiente econômico esteja conturbado.